



**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO**  
**“Palácio Urbano Rodrigues Fontes”**

**Lei Ordinária nº 1.582/2023, de 18 de dezembro de 2023**

Autoriza o Poder Executivo Municipal a receber Escritura Pública de dação em pagamento de imóveis urbanos.

O Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições e em conformidade com a Lei Orgânica do Município de Diamantino faz saber que a Câmara Municipal de Diamantino aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a receber de *WILLIOMAR SIQUEIRA GONÇALVES*, inscrito no CPF sob o nº 651.854.471-68, e, assim, incorporar ao patrimônio do Município através de Escritura Pública de Dação em Pagamento, os terrenos urbanos, integrantes da matrícula nº 49239 e nº 49240 ambas do RGI de Diamantino, com áreas diversas cada um, a saber:

- lote 05, da quadra VII, inscrição imobiliária nº 1.34.21.111.1, imóvel código n. 2693, matrícula de nº 49239;

- lote 06, da quadra VII, inscrição imobiliária nº 1.34.21.096.1, imóvel código n. 2692, matrícula de nº 49240.

**Art. 2º.** Dá-se por líquido, certo e exigível o montante de R\$ 100.023,53 (cem mil vinte e três reais e cinquenta e três centavos), a título de Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU), relativo aos exercícios fiscais de 2003 a 2023 em nome da pessoa física (CPF: 651.854.471-68), e relativo aos exercícios fiscais 2014 a 2023 em nome da pessoa jurídica (CNPJ: 04.140.392/0001-45), valores estes vencidos e não pagos pelo contribuinte *WILLIOMAR SIQUEIRA GONÇALVES e W.S. GONÇALVES ELETRÔNICOS-MT* e, por isso, lançados na Dívida Fiscal.

**Art. 3º.** Os bens oferecidos à dação, discriminados no art. 1º, foram avaliados pela Comissão Especial de Avaliação pelo valor de R\$ 114.135,00 (cento e quatorze mil cento e trinta e cinco reais).

**Ar. 4º.** Com o recebimento dos bens pelo Município, o débito tributário descrito no art. 2º, fica integralmente extinto, devendo o Setor de Tributos realizar as baixas necessárias e, por sua vez, a Procuradoria Jurídica do Município, se por ventura houver Execução Fiscal, comunicará nos autos dos Processos.

**Art. 5º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Diamantino, 18 de dezembro de 2023.

**Manoel Loureiro Neto**

Prefeito Municipal